

IGREJAS REMANESCENTES DOS ACAMPAMENTOS DE OBRAS DE BRASÍLIA: PATRIMÔNIO, DISCURSO E DOCUMENTAÇÃO*



DANIELA PEREIRA BARBOSA**
MARIA FERNANDA DERNTL***

Resumo: este trabalho consiste na análise documental dos processos de tombamento de duas Igrejas remanescentes de acampamentos de obras que são reconhecidas como patrimônio pelo Distrito Federal: a São Geraldo, no Paranoá e a São José Operário, na Candangolândia. Completamente em madeira, ambas apresentam tipologia típica da época da construção de Brasília, sendo retratadas como memória viva deste período. Nosso percurso se deu a partir da coleta de informações, na documentação, que embasaram as justificativas para o tombamento dessas Igrejas, analisando sobretudo os discursos que foram construídos para tal fim e os interesses envolvidos. Relacionamos as motivações expressas com bibliografia específica, a fim de compreender a trajetória patrimonial das Igrejas remanescentes de acampamentos de obras a partir de sua documentação.

Palavras-chave: Brasília. Igreja São Geraldo. Igreja São José Operário. Memória. Documentação.

Neste trabalho¹ analisamos a documentação dos processos de tombamento das Igrejas São Geraldo, no Paranoá (Decreto nº 15.156/93) e São José Operário, na Candangolândia (Decreto nº 19.960/98). A intenção é demonstrar a trajetória patrimonial de ambas, relacionando-as em suas semelhanças e diferenças, ao mesmo tempo em que propomos uma análise do discurso patrimonial presente na documentação, que é parte do processo

** Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela UnB. Mestre em Design pela UnB. E-mail: barbosa.dnl@gmail.com

*** Professora e pesquisadora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Orienta pesquisas de pós-graduação no PPG FAU/UnB e no PPG-HIS/UnB. E-mail: mariafernanda_d@yahoo.com.br

de construção da narrativa de um bem histórico. Para justificar o tombamento, em ambos os casos, percebemos que houve o resgate da figura do candango, apropriando-se desse tópico que foi essencial nos discursos políticos em circulação na época da construção de Brasília. O reconhecimento como patrimônio se deu em nível local, sendo as referidas Igrejas um patrimônio distrital sob a égide da Secult – Secretaria de Cultura do Distrito Federal, órgão do GDF – Governo de Brasília.

O Distrito Federal (DF) é dividido em Regiões Administrativas (RA) e não em municípios, como ocorre nos Estados Brasileiros, mas o uso oficial do termo Região Administrativa é relativamente recente, quando foi proibido pelo Decreto nº 19.040 de 18 de fevereiro de 1988² o já estabelecido uso do termo cidades satélites para referenciar regiões do DF que estariam além do Plano Piloto. A Constituição Brasileira estabelece a indissolubilidade do Distrito Federal, vetando sua divisão em Municípios. Deste modo, as ditas cidades satélites deveriam ser encaradas como regiões de Brasília, cujos administradores são designados pelo governador eleito do Distrito Federal. O artigo 10 da Lei Orgânica do DF deixa clara a sua organização em Regiões Administrativas com a proposta de descentralização. Entretanto, apesar das convenções oficiais, a nossa opção vai no sentido de continuar utilizando o termo cidades satélites, pois, se por um lado estaríamos em concordância com a norma vigente ao utilizar Regiões Administrativas de Brasília, por outro ocorre o problema de ter que especificar se tratar unicamente das regiões compreendidas fora do Plano Piloto – este que corresponde à RA I. Essa ocorrência nos obrigaria a utilizar algum termo semelhante a RAs fora o Plano, por exemplo. Ademais, adotando-se a nomenclatura oficial (Região Administrativa), poderíamos estar assumindo uma postura inverídica, em que se admite uma suposta uniformidade entre o Plano Piloto e suas cidades satélites. Isto não ocorre, entre outros motivos, pelas inúmeras tensões sociais entre essas regiões. A pesquisa trata, majoritariamente, do patrimônio material das cidades satélites de Brasília, sendo aqui imprescindível uma diferenciação de nomenclatura que condiz com a realidade do Distrito Federal e de sua população. Por este motivo adota-se o termo cidade satélite, mesmo sendo legalmente inapropriado.

Existem no total 12 edificações tombadas nas cidades satélites, sendo elas o Catetinho no Park Way, o Museu Vivo da Memória Candanga (antigo Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira) no Núcleo Bandeirante, o Centro de Ensino Metropolitana, também no Núcleo Bandeirante, a Casa da Fazenda Gama, no Park Way, a Igreja São Sebastião em Planaltina, o Museu Histórico e Artístico de Planaltina, a Pedra Fundamental, também em Planaltina, e Centro de Ensino EIT em Taguatinga, o Relógio de Taguatinga, a Caixa d'água da Ceilândia, a Igreja São José Operário na Candangolândia e por fim a Igreja São Geraldo, no Paranoá. Todos, com exceção do Catetinho, foram tombados no âmbito do Distrito Federal. O Catetinho foi tombado em nível federal pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1959, e incluído no Livro do Tombo do GDF em 1990. O GDF é responsável pela preservação de todos.

Nossa escolha por analisar neste artigo apenas as duas Igrejas se deu com o objetivo de sintonizar objetos semelhantes, já que ambas, além de se apresentarem como remanescentes de acampamentos de obras, também carregam representação religiosa. Elas, juntamente com outras duas Igrejas (a Nossa Senhora do Rosário da Pompeia, na Vila Planalto e a Nossa Senhora da Metropolitana, no Núcleo Bandeirante), integram o grupo das quatro igrejas remanescentes dos acampamentos de obras de Brasília. A Igreja

da Vila Planalto, apesar de ser tombada, não se encontra em uma cidade satélite, o que estaria fora do escopo de nossas análises. Já a Igreja do Núcleo Bandeirante está em uma cidade satélite, mas não é reconhecida como patrimônio. Temos ainda a Igreja São Sebastião de Planaltina, patrimônio reconhecido pelo Distrito Federal, mas que não é remanescente de acampamento de obras, tendo sido erguida no século XIX. Deste modo, mesmo com um conjunto de 5 Igrejas passíveis de análise, nossa escolha se deu no sentido de melhor compreender objetos semelhantes e que possuem uma documentação advinda da mesma fonte.

O método envolveu a análise da documentação, na tentativa de coletar dados que nos demonstram como se deu a construção de um discurso oficial que culminou no reconhecimento de um patrimônio histórico. Deste modo, e ancorados a uma bibliografia que entende o patrimônio como uma escolha de objetos e tradições merecedores de proteção³, acreditamos que houve uma seleção de memórias e de acontecimentos históricos que serviram para legitimar a importância dessas edificações e, consequentemente, construiu-se uma narrativa a partir do patrimônio e de sua documentação. Conforme destacou Dominique Poulot, “a história do patrimônio é amplamente a história da maneira como uma sociedade constrói seu patrimônio” (2009, p 12), o que nos faz refletir sobre quais os discursos que foram oficialmente apropriados e patrimonializados pelo Governo Local, e, a partir disso, qual representação daquela sociedade se coloca em evidência por meio de seu patrimônio edificado.

O artigo é estruturado do seguinte modo: primeiramente expomos uma análise teórica acerca de patrimônio e documentação. Posteriormente apresentamos uma discussão referente ao discurso simbólico da construção de Brasília e da apropriação da imagem do candango para valorizar remanescentes de acampamentos de obras. Por fim, partimos para a análise dos dois dossiês de tombamento, relacionando-os entre si e entre a bibliografia pertinente. Nas considerações finais, traçamos nossas impressões sobre os acontecimentos, com uma discussão acerca do estudo realizado.

PATRIMÔNIO E DOCUMENTAÇÃO

Nossas análises se situam em um contexto em que se observa uma tendência crescente de valorização de saberes e tradições dos *socialmente oprimidos*, em nosso caso os operários, os ditos *Candangos*. Trata-se de uma prática patrimonial relativamente recente, cujo contexto mundial teve início a partir da criação da Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – em 1945. Considerando a trajetória do entendimento do conceito de patrimônio no Ocidente, percebe-se a inclusão cada vez maior, no rol de preservação, de bens cuja monumentalidade não é a característica mais marcante, mas sim sua importância social e ambiental⁴. Foi no século XX, de acordo com Sandra Bernardes Ribeiro em *Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural*, que “começam a ser inseridas no patrimônio as preocupações com o meio ambiente e as produções dos ‘excluídos’, ou seja, passam a ser objeto de preservação a memória dos operários, dos imigrantes e das minorias étnicas” (RIBEIRO, 2004, p. 43). Esta transformação do conceito de patrimônio é relevante para entender como tais iniciativas são trabalhadas em Brasília. No caso das Igrejas em análise, há a construção da narrativa patrimonial em que se valoriza uma obra não-monumental.

Esta valorização, entretanto, conhece tensões na sociedade, e apesar de nossas análises não se aprofundarem no entendimento desta temática específica, é preciso

destacar alguns pontos relevantes. Não podemos confundir, conforme destaca Meneses (2012), a valorização da diversidade cultural com a real aceitação entre as diferentes culturas que compõem uma sociedade. Meneses (2012) cita Homi Bhabha, estudioso indiano, para argumentar que nossa tradição ocidental “tornou pacífica e generalizada a ideia de que as culturas são diversas e que, de certo modo, a diversidade das culturas é algo bom e positivo e deveria ser automaticamente endossada” (2012, p. 37). Porém, conforme lembra o autor, a apreciação que as sociedades ocidentais dedicam a essa diversidade relaciona-se muito mais a uma espécie de “museu imaginário”, nas palavras do autor, do que de fato estimar as diferenças culturais. No caso destas, quando se tornam presentes na sociedade, passam a ser um dos componentes ativos das tensões sociais, e portanto, “o encorajamento da diversidade cultural se acompanha de mecanismos de contenção da diferença cultural” (2012, p. 38). A diversidade cultural é, enfim, contemplada em museus, mas recusada no convívio social, o que nos faz refletir sobre o interesse do tombamento das Igrejas em análise: afinal, a quem interessaria a valorização de remanescentes de acampamentos de obras?

A imagem de Brasília como epopeia ligada especialmente à época da construção permite avançar no entendimento da representação das Igrejas enquanto remanescentes deste período. Durante a construção da cidade, o então presidente Juscelino Kubitschek encontrou uma forte oposição política em seu governo, e para conseguir concretizar Brasília, necessitou investir na sua concepção enquanto símbolo de união nacional. O livro *O Capital da esperança* (2008), de Gustavo Lins Ribeiro conta a história da construção de Brasília sob o viés do trabalhador. David Epstein em *Brasília: plan and reality* (1973), realiza um apanhado da formação das cidades satélites, contribuindo para a visão sobre sua formação. Sobre a proposta da mudança da capital temos Laurent Vidal em *De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital – séculos XIX-XX* (2009), que demonstra como, ao longo da história brasileira, as diversas tentativas de transferência da capital do Brasil representariam interesses que justificariam organizações políticas e sociais, tendo como lema o símbolo de um novo projeto de sociedade – além de cidade. Outra contribuição relevante é a tese de doutorado de Luísa Videsott *Narrativas da construção de Brasília: mídias, fotografias, projetos e história* (2009), que analisa a imagem pública da construção da Capital, principalmente por meio de mídias impressas. Tais contribuições trazem principalmente a problematização do discurso mítico subjacente a consolidação simbólica e idealizada de Brasília.

Também foram importantes para este trabalho estudos sobre os antigos acampamentos de obras. O assunto é tema de publicações do Iphan, como Roteiro dos acampamentos pioneiros do Distrito Federal e GT Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal, ambos de 2016. Nos dois trabalhos podemos perceber como um organismo oficial como o Iphan reconhece tais remanescentes como sendo dignos de proteção. Além disso, trazem o processo histórico de formação desses acampamentos.

Assim como o processo de seleção de quais objetos serão tombados, também a maneira como este bem é documentado faz parte de uma escolha em que são destacados determinados discursos que legitimariam a sua importância. Rafael Silva (2016) destaca que de um modo geral, pelo menos no Brasil, o interesse pelos arquivos e processos de documentação no campo das Ciências Humanas teve início na década de 1990 e tais arquivos passaram a ser mais do que um “repositório de provas” que permitiriam conhecer o passado, pois passou-se a “olhar os arquivos como parte do

processo de construção de discursos e de consolidação de memórias sobre certo passado em disputa” (SILVA, 2016, p. 28). Sobre a subjetividade dos processos de construção da história e da memória, muito já foi discutido⁵, e entendemos que o processo documental é um entre os muitas narrativas possíveis para o conhecimento da trajetória daquele bem. No nosso caso, vale destacar que se trata do discurso oficial, tendo em vista que estamos lidando com documentação produzida por um órgão governamental. Poulot (2009), sobre a montagem da documentação, destaca que se “inibe, em geral, considerar o detalhe dos procedimentos que a torna possível, impedindo de pensar as incertezas das ofertas, escolhas e recursos que marcaram, e até mesmo limitaram estreitamente, a realização de tais inventários” (2009, p. 207). A subjetividade da documentação é relevante justamente para afirmar que existem outras memórias e histórias que não foram documentadas ou levadas em consideração, mas sim a construção de uma história aparentemente linear que legitimou a importância das Igrejas.

BRASÍLIA E O CANDANGO: A CONSTRUÇÃO DE UM DISCURSO

A imagem de Brasília ligada à epopeia de sua construção se consagrou como uma das narrativas que contam a história da cidade, com particular atenção aos mitos que foram criados para justificar a existência da Nova Capital enquanto um símbolo de união nacional. O então presidente e seus apoiadores tinham a intenção de colocar em sintonia os interesses do desenvolvimento do país com a ideia da construção de Brasília, e quem era contra Brasília, nesta lógica, seria contra o Brasil. JK e seus apoiadores tinham como uma das metas, de acordo com Vidal (2009), blindar o projeto de Brasília de qualquer crítica vinda dos adversários. O autor resume de forma clara a trama que se construiu: “o espírito independentista e nacionalista, a legalidade republicana, a nacionalidade científica e a fé católica” (2009, p. 271).

A figura do candango entra em cena para glorificar os trabalhadores que foram capazes de realizar a grande obra. Para que a cidade fosse inaugurada a tempo, foi necessário um grande número deles dispostos a se dedicarem a um árduo trabalho. Ribeiro (2008) afirma que houve diversas formas de exploração desta mão de obra, inclusive com o não cumprimento de leis trabalhistas. A esse grupo de trabalhadores consagrou-se historicamente a denominação de *Candangos*, que foi modificado ao longo dos anos⁶. No início da construção ele é resgatado e utilizado para designar o homem solteiro que vinha para trabalhar na construção. Já em 1960, de acordo com Videsott (2009), o termo já indica todos os que trabalham para erguer a cidade, indo desde os operários, engenheiros e comerciantes até figuras como Israel Pinheiro, Oscar Niemeyer e Juscelino Kubitschek. Em suma, “o termo define, de maneira geral, o pioneiro que mudou para o Planalto, pois confiou no sonho Brasília, e ganha o estatuto de sinônimo de pioneiro, desbravador, homem do progresso” (VIDESOTT, 2009, p. 193). O termo, ao reunir todas as qualidades de identidade nacional ligadas ao desenvolvimento desta época política, entra também nas falas oficiais de JK, representando ainda uma imagem de Brasília.

A imagem consagrada do operário da construção que Juscelino e seus apoiadores ensejam glorificar faz parte de um dos tantos personagens mitológicos que justificam a construção de Brasília. Perpétuo (2015), sobre o tombamento do Plano Piloto, discute as narrativas associadas à cidade. Uma delas diz respeito à epopeia de sua construção como uma aventura heroica, e serviria para justificar o reconhecimento do

Plano Piloto como patrimônio mundial pela Unesco em 1987. Foi necessário, de acordo com Perpétuo (2015), “costurar uma parceria com os guerreiros anônimos que estariam ombreados a JK em espírito de aventura e aspiração pela vitória: os trabalhadores da construção” (2015, p. 49). A mídia da época da construção e logo após a inauguração da cidade também teve um papel relevante ao divulgar uma narrativa sobre os construtores da capital como mediadores da integração nacional. Este fato exerceu um papel fundamental na sedimentação desta figura gloriosa do candango na memória coletiva após a inauguração de Brasília.

Os acampamentos de obras eram necessários para o alojamento e acomodação dos trabalhadores da construção. Construídos em condições provisórias que deveriam ser desativados e desmontados com a conclusão das obras, “foram organizados à feição de pequenas cidades tradicionais, de modo a tentar recriar, para os operários e suas famílias, a ambiência a que estavam acostumados” (IPHAN, 2016, p. 17). O acampamento do Paranoá foi fundado em 1957 com a finalidade de construção da barragem do Lago Paranoá. Já a Vila do Paranoá foi criada oficialmente em dezembro de 1964, embora em local diferente de onde era localizado o acampamento de obras original – hoje Parque Vivencial do Paranoá. É neste parque que se encontra seu remanescente: a Igreja São Geraldo.

Quando Brasília foi inaugurada e a destruição do acampamento era iminente, os moradores resistiram em sair do local, que, de acordo com o Iphan (2016) já contava com 3 mil pessoas. A fixação da Vila do Paranoá foi marcada por resistência e luta dos moradores que, ao final, conseguiram se manter, mesmo que em área contígua ao acampamento original. A Igreja, ameaçada de destruição, foi tombada em 1993 em um movimento que envolveu ativamente a comunidade do Paranoá, que impediu sua derrubada.



Figura 1: Igreja São Geraldo

Fonte: Roteiro dos acampamentos pioneiros no Distrito Federal, Iphan (2016, p. 47, 49).

A origem da Candangolândia está ligada aos primeiros acampamentos de obras de Brasília, sendo inaugurado em 1956. Como abrigava a sede da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), tinha uma infraestrutura melhor do que outros acampamentos, contando com água encanada e energia elétrica por exemplo.

Com o fluxo crescente de trabalhadores que chegavam, o acampamento foi se assemelhando cada vez mais a uma pequena vila, e a população demandou a construção de uma Igreja. Foi então edificada em 1957 a Nossa Senhora Aparecida, mas a construção da Rodovia Belo Horizonte-Brasília a deixou isolada. Os moradores, então, solicitaram a construção de uma nova, e assim surgiu a igreja São José Operário em 1960, erguida pela própria população.



Figura 2: Igreja São José Operário
Fonte: Roteiro dos acampamentos pioneiros no Distrito Federal, Iphan (2016, p. 33).

Uma consequência da valorização da figura do operário se espelha no discurso de preservação dos remanescentes dos acampamentos de obras. Perpétuo (2015) demonstra como a narrativa da construção da cidade como uma epopeia iria, nos anos 1980, construir uma das justificativas para o tombamento do Plano Piloto de Brasília. As Igrejas remanescentes são resgatadas, em termos patrimoniais, como uma afirmação dessa história, cumprindo requisitos enquanto “memória viva” para a preservação da história da construção, em um discurso que orientou também o tombamento do Plano Piloto. Como símbolo de uma das bases que fez com que Brasília fosse edificada – a construção da cidade como epopeia –, as Igrejas de madeira estavam inseridas em uma narrativa que ia de encontro à construção simbólica do candango como símbolo de Brasília, apoiando-se em um passado de glória tanto dos operários quanto de JK.

OS PROCESSOS DE TOMBAMENTO DAS IGREJAS

O processo de tombamento da Igreja São Geraldo, no Paranoá, é permeado por discursos conflitantes. Nosso destaque vai para um item chamado *Histórico*, que narra a formação da Vila do Paranoá. Ela tornar-se-ia, mais tarde, “a maior invasão do Distrito Federal” (DISTRITO FEDERAL, 1993, p. 5). Conta que a luta e resistência dos moradores garantiu sua fixação, embora “em área distinta à do acampamento pioneiro” (DISTRITO FEDERAL, 1993, p. 5). Na antiga área restaram alguns remanescentes, dentre eles a Igreja São Geraldo. Percebe-se que a alcunha de *invasão* aparece ao situar a Vila do Paranoá em um determinado momento em que não mais se justifica a existência de um acampamento de obras, já que Brasília tinha sido inaugurada. No entanto, a denominação de *acampamento pioneiro* é resgatada para valorizar a imagem da Igreja São Geraldo como parte da história da construção de Brasília, retomando o passado heroico dos candangos.

O interesse da população em preservar seu patrimônio conheceu motivações das mais diversas nas cidades satélites de Brasília, sendo um deles a tentativa de garantir a per-

manência da população no local. Em uma matéria de jornal anexada ao Processo de Tombamento da Igreja São Geraldo, percebemos esta intenção. Intitulada *Moradores não querem se tornar “bode expiatório”*, relata que os habitantes denunciam sua retirada do Paranoá como sendo um modelo de atuação do governo para acabar com as invasões. A matéria continua narrando que, após reunião com o coronel Eny Castro, superintendente da Novacap, a decisão do GDF seria de “retirar os barracos lá construídos e fazer com que seus moradores retornem aos locais de origem” (DISTRITO FEDERAL, 1993, p. 33). Já outra nota de jornal, intitulada *Preservação de um Patrimônio*, conta que algumas invasões tem sua população correspondente a algumas cidades satélites de Brasília, mas que são “a história viva de Brasília”, e “não podem ser eliminadas com a simples alegação de que não estavam no plano original da cidade” (DISTRITO FEDERAL, 1993, p. 33). Esta seria a opinião de um centro de estudos do Centro Acadêmico do Departamento de Arquitetura da UnB.

Esses conflitos dissonantes refletem a imagem, ora de invasão, ora de *acampamento pioneiro* que se deseja consagrar para a Vila do Paranoá. A justificativa para o tombamento apoia-se no segundo caso, afirmando a memória de Brasília como motivação principal para a preservação da Igreja São Geraldo, pois representaria “a memória daquele núcleo pioneiro, e sua preservação e valorização como testemunho da construção de Brasília é uma antiga reivindicação da comunidade que vivenciou este período da nossa história” (DISTRITO FEDERAL, 1993, p. 5). O tombamento veio como um símbolo de fixação da população naquele espaço, assim como uma afirmação da figura do *candango* enquanto herói nacional. Esta última imagem, conforme já foi discutido, foi evidenciada por JK e seus apoiadores.

O processo de tombamento da Igreja São José Operário, na Candangolândia, se apoia em justificativas semelhantes para legitimar a importância de seu remanescente. Não houve, todavia, a denominação de *invasão* associada à Candangolândia, como ocorreu com o Paranoá. A documentação exalta a importância da Candangolândia como núcleo urbano que deve expressar o simbolismo e a representatividade da fase de construção de Brasília. Há o relato de duas freiras, irmãs Olga e Terezinha, que contam o papel da Igreja São José Operário para a Candangolândia. Em um dos trechos, a irmã Olga lembra que a igreja era o centro da comunidade, pois “ali a população se reunia para discutir os problemas da vila operária. Havia também uma horta comunitária, um coreto e um salão onde se realizavam festas e quermesses” (DISTRITO FEDERAL, 1998, p. 10). Sobre a construção da igreja, há o relato de Everaldo Conceição, que conta que “os moradores ajudavam na construção (da igreja) nas suas horas de folga, domingos e feriados, faziam gambiarras e fogueiras para trabalhar à noite. As mulheres faziam cafezinho para os operários” (DISTRITO FEDERAL, 1998). Nesses trechos, percebemos a apropriação de outra imagem relacionada à construção de Brasília: a ideia de vizinhança unida, em que havia uma harmonia e certa igualdade social presente nos acampamentos de obras. Todos, engenheiros, administradores e trabalhadores civis, habitavam em casas de madeira nos acampamentos de obras, frequentavam os mesmos locais e partilhavam de um mesmo espaço de convivência social. Durante este período haveria uma espécie de “democracia de fronteira”, nas palavras do David Epstein (1973), que, obviamente, não prevaleceu após a inauguração da cidade. Esta imagem de comunidade e vizinhança foi reforçada no processo de tombamento da Igreja São José Operário, a fim de justificar a existência de Brasília, além de atrelada à figura do *candango* também da comunidade criada em torno da Igreja, esta que se apresenta como “testemunho autêntico da fase pioneira de Brasília” (DISTRITO FEDERAL, 1998, p. 8).

A única matéria de jornal anexada ao Processo de Tombamento é intitulada *Especulação tira pioneiro da Candangolândia*, relatando como, aos poucos as mansões vão substituindo as pequenas casas originais, “num processo de expulsão dos antigos moradores, que têm, na igreja, o símbolo da resistência dos pioneiros à especulação imobiliária”. A igreja viria, assim, representar uma Candangolândia intimamente ligada à construção de Brasília, sendo seu último remanescente – e daí a sua importância patrimonial.

DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como buscamos destacar, os processos de tombamento das Igrejas, de modo geral, retomam a valorização do candango cunhada pela mídia e por JK, além de resgatar algumas ideias que remetem à uma ambiência positiva nos acampamentos de obras de Brasília, especialmente com relação à Candangolândia. No caso do Paranoá, ressaltamos a dicotomia entre *invasores* e *pioneiros*, sendo a Igreja narrada como um modo de se preservar uma memória *pioneira*. Os moradores, apesar de terem sido expulsos do acampamento de obras original – que era retratado como uma *invasão* –, conseguiram se fixar, o que representou uma vitória para esta população. A Candangolândia, talvez por ter sido um acampamento de obras mais estruturado e que abrigava, além dos operários, também “o pessoal mais graduado da Novacap” (DISTRITO FEDERAL, 1998), teve sua representação tecida enquanto acampamento *pioneiro* em todo o processo patrimonial, não havendo a menção de ter se tornado uma *invasão*. A memória da construção de Brasília, com especial destaque para os candangos, é afirmada nos dois casos. É por meio desses símbolos que a valorização do candango, que promoveu em parte um discurso de apoio a JK, legitimou também a proteção das Igrejas. A justificativa é sempre permeada pelo resgate da construção de Brasília, ou seja, da necessidade e afirmação da obra monumental enquanto meta comum a todos. Deste modo, mesmo se tratando de um patrimônio que preserva a memória operária, não acreditamos que se trata de uma espécie de história paralela, mas sim de uma expansão da história hegemônica que agrega o personagem do candango.

O Iphan reconhece a legitimidade de preservação não apenas das Igrejas, mas dos demais remanescentes dos acampamentos de obras. De acordo com Vianna (2016), “o período da construção de Brasília marcou um momento peculiar da história do Brasil, e a preservação da memória deste fato histórico é de fundamental importância para o acompanhamento do processo evolutivo da nova capital do país” (VIANNA, 2016, p. 136). O Iphan, desta maneira, demonstra incentivar a valorização desta memória candanga, que foi uma das bases para justificar também o tombamento do Plano Piloto de Brasília. É importante salientar que a narrativa que culmina no tombamento de um bem não corresponde a uma simples relação de causa e efeito, já que abrange discursos conflitantes e contraditórios, como ficou em evidência especialmente no caso da Igreja São Geraldo do Paranoá.

Todo patrimônio é uma seleção de fatos para se construir uma narrativa. Depende de questões políticas e sociais, e conforme advertiu Jacques Le Goff (*apud* FURNARI; PELEGRINI, 2006, p. 44).

O que sobrevive enquanto memória coletiva de tempos passados não é o conjunto dos monumentos e documentos que existiram, mas o efeito de uma escolha realizada pelos historiadores e pelas forças que atuaram em cada época histórica.

Analisando-se o contexto das Igrejas, fica a reflexão de como, historicamente, o tombamento foi consequência tanto da valorização de uma memória popular quanto uma afirmação da representação do candango no discurso oficial da construção de Brasília. O discurso de JK de valorização do candango, de um modo ou de outro, influenciou na construção da memória coletiva em torno do tombamento das Igrejas, assim como o impulso preservacionista da comunidade.

É fato que os processos de tombamento terminam em glória: a última página de ambos é a publicação no Diário Oficial, ato que oficializa o local como patrimônio, e a documentação não é capaz de nos revelar as consequências. A Igreja São Geraldo no Paranoá, por exemplo, estava em tal estado crítico de deterioração que veio a desabar em 2005. Em 2014, nove anos após ter desmoronado, foi reconstruída conforme o projeto original. A Igreja São José Operário na Candangolândia, em contrapartida, contou com uma melhor preservação. Os motivos para esta diferença de tratamento entre ambas as Igrejas é objeto de reflexões futuras, mas indagamo-nos se o papel de cada acampamento de obras não pode ter sido representativo para guiar a proteção de cada bem. Além disso, por estar localizada no acampamento de obras original da Candangolândia, sua Igreja – ao contrário daquela do Paranoá, compõem o núcleo urbano de maneira mais efetiva, o que pode ter garantido um olhar mais atento a este patrimônio.

REMAINING CHURCHES FROM BRASÍLIA'S CONSTRUCTION SITES: HERITAGE AND DOCUMENTATION

Abstract: this paper consists in the documental analysis of the cultural heritage recognition processes of two remaining churches: São Geraldo, in Paranoá and São José Operário, in Candangolândia. Completely in wood, they both represent the typical typology of Brasília's construction era, being portrayed as a living memory of this period. Our path goes data collection that has supported the justifications to preserve them both, by analysing, overall, the discourses that were made and the interests involved. We also built a relation between the reasons expressed through the documentation and the literature, in order to understand the heritage path of those remaining churches of construction sites of Brasília throughout its documentation.

Keywords: Brasília. Church São Geraldo. Church São José Operário. Memory. Documentation.

Notas

- 1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Este artigo faz parte de uma pesquisa de doutorado ainda em curso que visa estudar as trajetórias patrimoniais das cidades satélites de Brasília, e a escolha do tema deste artigo se deu como parte integrante de resultados da disciplina Tópicos Especiais em Teoria, História e Crítica, do Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília, ministrada pelos Professores Doutores Ana Elisabete Medeiros e Oscar Luís Ferreira, no primeiro semestre de 2018.
- 2 Proíbe a utilização da expressão “satélites” para designar as cidades situadas no território do DF, nos documentos oficiais e outros documentos públicos no âmbito do Governo do Distrito Federal”.
- 3 A bibliografia que trata do patrimônio enquanto uma escolha do que se deve preservar é relativamente extensa, e podemos destacar autores como Alois Riegl, em *O culto moderno dos monumentos* (1903), Dominique Poulot em *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento*

- aos valores* (1956) e Françoise Choay, em *A alegoria do patrimônio* (2001).
- 4 Sobre este assunto, bastante abordado na literatura contemporânea sobre patrimônio, destacam-se Pedro Paulo Funari e Sandra Pelegrini em *Patrimônio Histórico e Cultural* (2006), Marcia Sant'Anna em *Preservação como prática: sujeitos, objetos, concepções e instrumentos* (2015) e o livro organizado por Regina Abreu e Mário Chagas, *Memória e Patrimônio* (2003).
 - 5 Nesse sentido, destaca-se a importância dos trabalhos de Jacques Derrida (2001) e Michel Foucault (2008), “cujos textos instituíram o arquivo como metáfora do cruzamento entre memória, saber e poder” (SILVA, 2016, p. 28).
 - 6 Em suas origens era sinônimo de sujeito ruim. Os africanos designavam assim, pejorativamente, os portugueses.

Referências

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Superintendência do IPHAN no Distrito Federal. *Roteiro dos acampamentos pioneiros no Distrito Federal*. Superintendência do IPHAN no Distrito Federal; organização Carlos Madson Reis, Sandra Bernardes Ribeiro; elaboração do texto, José Mauro de Barros Gabriel. Brasília DF, 2016.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

DISTRITO Federal. *Processo de tombamento nº 147.000.594/98 – GDF*. Inscrição no Livro de Tombo: GDF Livro II – Edifícios e Monumentos Isolados – DePHA – GDF, folha 004, inscrição nº 14, em 17/2/2000. Decreto de tombamento nº 19.960, de 29/12/98, publicado no DODF de 30/12/98. Brasília-DF, 1998.

DISTRITO Federal. *Processo de tombamento nº 150.000.276/93 – GDF*. Inscrição no Livro de Tombo: GDF: Livro II – Livros e Monumentos Isolados – DePHA – GDF, folha 003, Inscrição nº 012, em 14/12/93. Decreto de Tombamento nº 15.156, de 27/10/93, publicado no DODF de 29/10/93. Lei nº 609, de 6/10/93, da Câmara Legislativa do DF. Brasília-DF, 1993.

EPSTEIN, David. *Brasília: plan and reality. A study of planned and spontaneous urban development*. Los Angeles: University of California Press, 1973.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. *FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*, Ouro Preto/MG, 2009 / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; coordenação, Weber Sutti. Brasília, DF: Iphan, 2012. p. 25-39.

PERPÉTUO, Thiago Pereira. *Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2015.

POULOT, Dominique, 1956. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores*. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *O capital da esperança: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília / Gustavo Lins Ribeiro*. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

RIBEIRO, Sandra Bernardes. *Brasília: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural*. Annablume, 2004.

RIEGL, Alois. *O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese*. Goiânia: UCG, 2006.

VIANNA, Márcio. Conjuntos representativos da época da construção de Brasília. In: GT Brasília: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2016.

VIDAL, Laurent. *De nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX)*. Tradução: Florence Marie Dravet. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

VIDESOTT, Luisa. *Narrativas da construção de Brasília: mídia, fotografias, projetos e história*. Unidade da USP, Escola de Engenharia de São Carlos. Tese (Doutorado). Área do Conhecimento: Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo Data de Defesa: 2009-12-08. Orientador: Andrade, Carlos Roberto Monteiro de. Imprensa São Carlos, 2009.